



17 de dezembro de 2024
Anuários Estatísticos Regionais 2023
Edição 2024

ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA À ESCALA REGIONAL E MUNICIPAL

Os Anuários Estatísticos Regionais disponibilizam um conjunto vasto de informação estatística à escala regional e municipal. Do subconjunto de temas escolhidos para análise neste destaque salienta-se:

- **Na População**, em 2023, verificou-se um crescimento de 1,16% da população residente em relação ao ano anterior, tendo-se registado também um aumento populacional em 251 dos 308 (81%) municípios do país. Em 2023, com exceção da Grande Lisboa, em todas as NUTS III o índice de envelhecimento da população foi superior em áreas predominantemente rurais em comparação com as áreas predominantemente urbanas.
- **Na Educação**, no ano letivo 2023/2024, o número de alunos inscritos no ensino superior aumentou 0,5% em relação ao ano letivo anterior. Este aumento foi também verificado em 17 das 26 sub-regiões NUTS III, tendo o Alto Tâmega e Barroso registado a maior taxa de variação (10,1%).
- **No Comércio Internacional**, em 2023, 16 das 26 NUTS III do país apresentaram taxas de cobertura das importações pelas exportações acima dos 100%, evidenciando-se o Baixo Alentejo (427,8%), Alentejo Litoral (229,5%), Tâmega e Sousa (217,9%), Alentejo Central (197,2%) e o Ave (160,0%) com os valores mais elevados.
- **Na Participação Política**, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira registaram as maiores taxas de abstenção na votação de 2024 para a Assembleia da República (53,8% e 41,1%, respetivamente). O município de Ribeira Grande (61,5%) registou a taxa de abstenção mais elevada do país e, com valores superiores a 55%, destacavam-se ainda Vila Franca do Campo, Lagoa, Vila do Porto, Povoação, Melgaço, Vimioso e Montalegre.

Os conteúdos associados à edição de 2024 dos Anuários Estatísticos Regionais são apresentados, na área dedicada aos Municípios do Portal de Estatísticas Oficiais, em [Dossiês temáticos – Municípios – Anuários Estatísticos Regionais](#), encontrando-se organizados em quatro grandes capítulos — O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado — que, por sua vez, se subdividem em 27 subcapítulos de informação (ver nota metodológica no final do destaque).



Com a edição de 2024, inicia-se a divulgação da informação dos Anuários Estatísticos Regionais estruturada maioritariamente de acordo com a nova versão da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos: NUTS 2024.

Apresenta-se neste destaque uma breve análise de alguns dos indicadores disponibilizados nos seguintes subcapítulos dos Anuários Estatísticos Regionais: População, Educação, Comércio Internacional e Participação Política.

POPULAÇÃO

A população residente em Portugal, em 31 de dezembro de 2023, foi estimada em 10 639 726 habitantes, o que significou um aumento de 1,16% em relação ao valor do ano anterior.

Entre 2022 e 2023, 25 das 26 sub-regiões NUTS III do país apresentaram um aumento da população residente, destacando-se o Oeste (2,43%) e a Região de Aveiro (2,08%) com taxas de crescimento efetivo superiores a 2%. O Alto Alentejo foi a única sub-região a registar um decréscimo populacional, de 0,21%.

Em 251 dos 308 municípios do país (81%) verificou-se um crescimento populacional, em particular em municípios localizados na faixa litoral do Continente e na Região Autónoma da Madeira. Nas sub-regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Região Autónoma da Madeira a população aumentou em todos os municípios. O município de Porto Santo registou, em 2023, o maior aumento populacional (3,70%).

Por outro lado, 56 municípios registaram taxas de crescimento efetivo da população negativas, localizados sobretudo no interior das regiões Norte e Alentejo. O município de Barrancos registou a taxa de crescimento efetivo da população mais baixa do país (-1,87%).

Em 2023, o aumento da população residente em Portugal resultou da combinação de uma variação positiva na componente migratória (1,47%) e de uma diminuição na componente natural (-0,31%). A importância da componente migratória para o crescimento global do efetivo populacional estendeu-se a todas as sub-regiões NUTS III do país, com particular relevância nas sub-regiões do Oeste (2,79%), Região de Aveiro (2,41%), Médio Tejo (2,17%), Alentejo Litoral (2,15%) e Região de Leiria (2,03%), com valores acima de 2%.

A componente natural do crescimento populacional registou diminuições em todas as sub-regiões NUTS III do país, com exceção da Grande Lisboa, onde se verificou um ligeiro aumento, de 0,02%. O Alto Tâmega e Barroso e a Beira Baixa registaram as maiores diminuições da taxa de crescimento natural entre 2022 e 2023: -1,20% e -1,18%, respetivamente.



Figura 1. Taxa de crescimento efetivo da população residente, por município, 2023

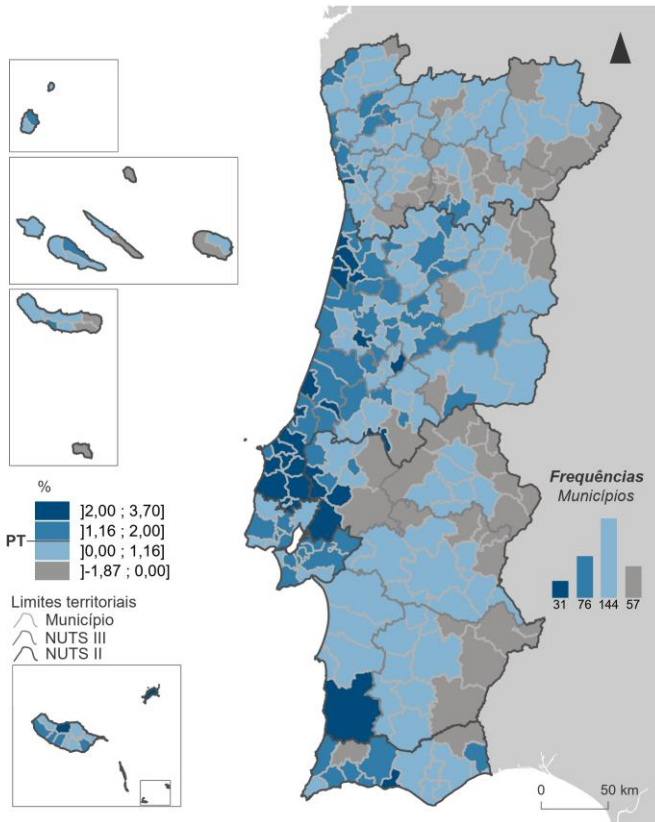
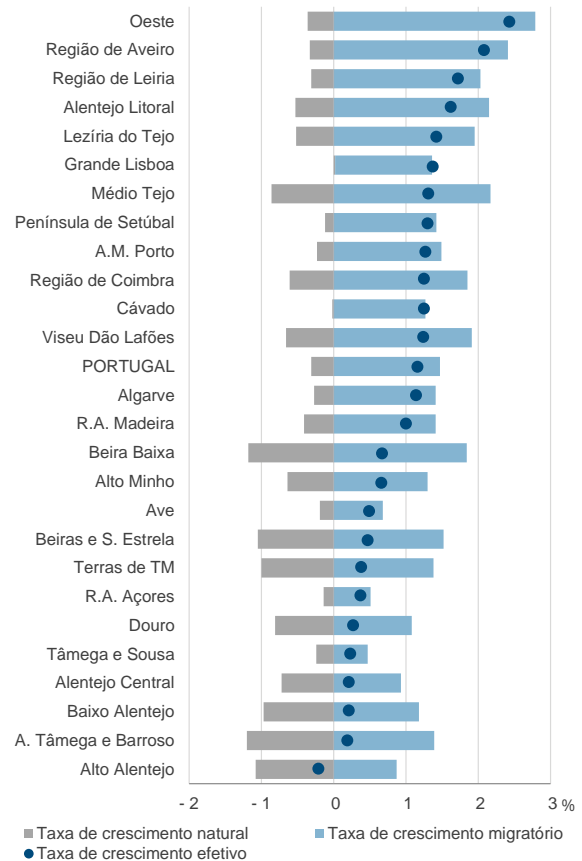


Figura 2. Taxas de crescimento efetivo, natural e migratório da população residente, Portugal e NUTS III, 2023



Fonte: INE, I.P., Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.

Em Portugal, o índice de envelhecimento da população, medido pelo rácio entre população idosa (65 ou mais anos) e população jovem (até aos 14 anos), registou um valor de 188,1 em 2023, valor superior ao do ano anterior (184,4).

A análise deste índice por sub-regiões NUTS III permite constatar que, em 2023, o envelhecimento foi mais intenso no Interior do Continente, com particular destaque no Alto Tâmega e Barroso, Terras de Trás-os-Montes, Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela, onde o número de idosos por 100 jovens foi superior a 300.

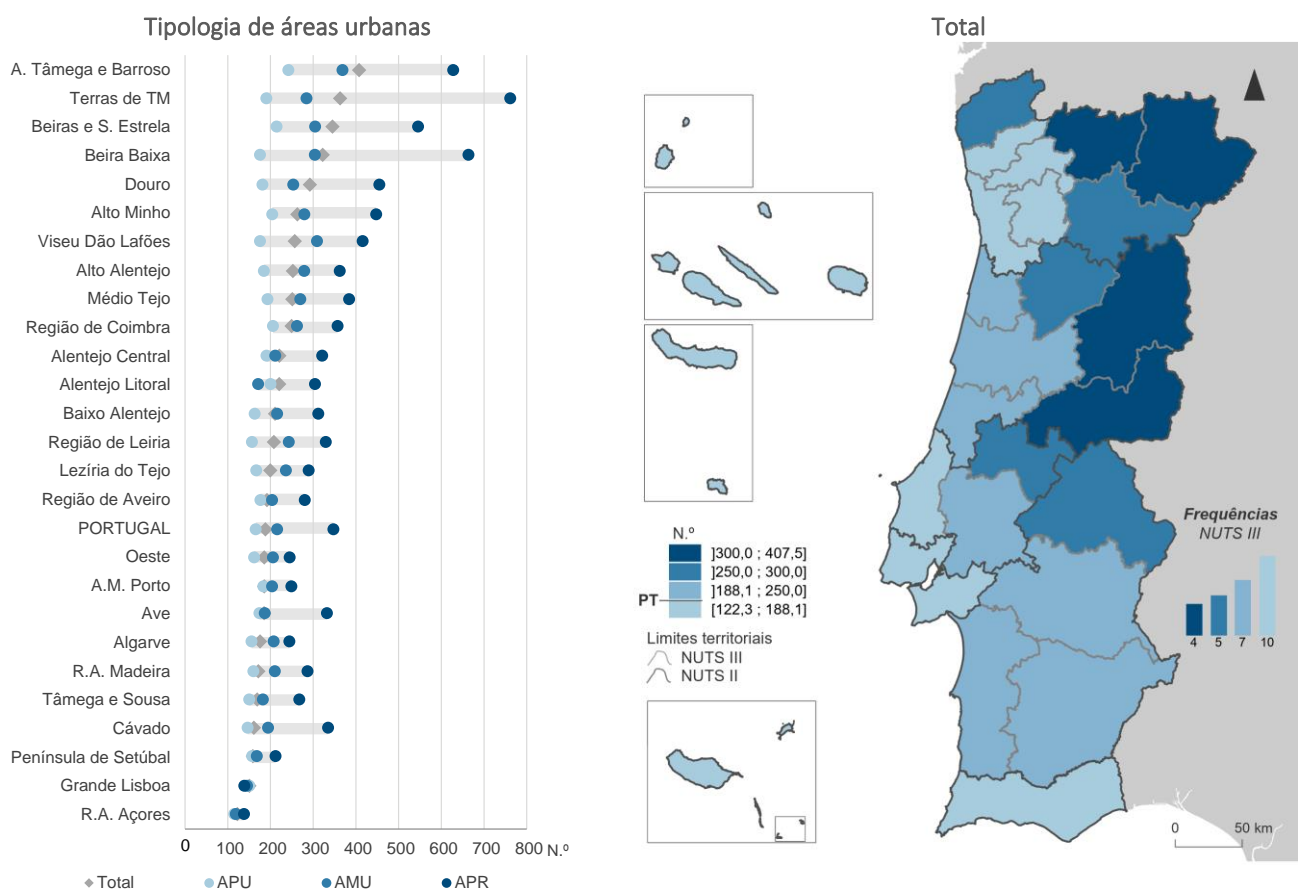
A diferenciação do índice de envelhecimento segundo a Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos (TIPAU) revelava, para 2023, um envelhecimento da população em Portugal mais expressivo nas áreas predominantemente rurais (APR: 347,6) comparativamente às áreas mediantemente urbanas (AMU: 215,8) e às áreas predominantemente urbanas (APU: 165,6). Esta maior incidência do envelhecimento nas áreas



predominantemente rurais ocorreu em todas as NUTS III do país, com exceção da Grande Lisboa, onde se verificou um índice de envelhecimento superior nas áreas predominantemente urbanas.

Em 2023, a assimetria do envelhecimento entre territórios urbanos e rurais era mais relevante nas quatro sub-regiões globalmente mais envelhecidas: Terras de Trás-os-Montes (190,6 e 761,4, respetivamente), Beira Baixa (175,7 e 663,7), Alto Tâmega e Barroso (242,1 e 628,1) e Beiras e Serra da Estrela (214,3 e 545,8).

Figura 3. Índice de envelhecimento segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2023



Fonte: INE, I.P., Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.

EDUCAÇÃO

No ano letivo 2022/2023, a taxa de retenção e desistência para o total do ensino básico do país foi de 3,8%. Esta taxa foi inferior para o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, de 1,9% e 3,6%, respetivamente, e superior para o 3.º ciclo (6,2%).

Ao nível sub-regional, todas as NUTS III registavam taxas de retenção e desistência no 3.º ciclo superiores ao valor total do ensino básico e, com exceção da Região Autónoma da Madeira e Terras de Trás-os-Montes,



taxas sucessivamente crescentes do 1.º ao 3.º ciclo. O Baixo Alentejo registava as taxas de retenção e desistência mais elevadas em todos os ciclos do ensino básico (4,6%, 7,4% e 10,5% para o 1.º, 2.º e 3.º ciclos, respetivamente) e o Alto Minho as menores (0,6%, 0,9% e 2,4% para o 1.º, 2.º e 3.º ciclos, respetivamente). Para além do Alto Minho, também no Cávado e no Tâmega e Sousa a taxa de retenção e desistência do 3.º ciclo era de 2,4%.

O Alentejo Litoral apresentou, no ano letivo 2022/2023, a maior diferença entre taxas de retenção e desistência no ensino básico por níveis de ensino: o menor valor verificou-se no 1.º ciclo (2,3%) e o maior no 3.º ciclo (9,4%).

O retrato territorial da taxa de retenção e desistência para o total do ensino básico evidenciava menores valores em municípios das regiões Norte e Centro, destacando-se, em particular, alguma diferenciação entre os municípios do Litoral e do Interior, com os primeiros a apresentarem melhores resultados.

No Algarve, 13 dos 16 municípios que compõem esta região registaram, no ano letivo 2022/2023, taxas de retenção e desistência no ensino básico superiores à média nacional, destacando-se, com valores mais elevados, os municípios de Silves (9,9%), Albufeira (8,0%), Vila Real de Santo António (7,9%), Aljezur (7,8%) e Tavira (6,8%). Em sete dos nove municípios da região da Grande Lisboa, as taxas de retenção e desistência no ensino básico foram superiores à referência nacional, registando os municípios de Amadora (8,3%) e Loures (7,7%) os maiores valores. Em sete dos nove municípios da região da Península de Setúbal, a taxa de retenção e desistência no ensino básico situou-se acima da média nacional, destacando-se os municípios de Setúbal (7,7%) e Moita (7,2%) com os valores mais expressivos.

Nas regiões autónomas, sete dos 19 municípios que compõem a Região Autónoma dos Açores (Lajes das Flores, Lajes do Pico, Calheta, São Roque do Pico, Nordeste, Santa Cruz das Flores e Lagoa) e sete dos 11 municípios que integram a Região Autónoma da Madeira (Santana, Funchal, Santa Cruz, São Vicente, Calheta, Ponta do Sol e Câmara de Lobos) registaram taxas de retenção e desistência no ensino básico inferiores à média nacional.



Figura 4. Taxa de retenção e desistência no ensino básico por nível de ensino, Portugal e NUTS III, ano letivo 2022/2023

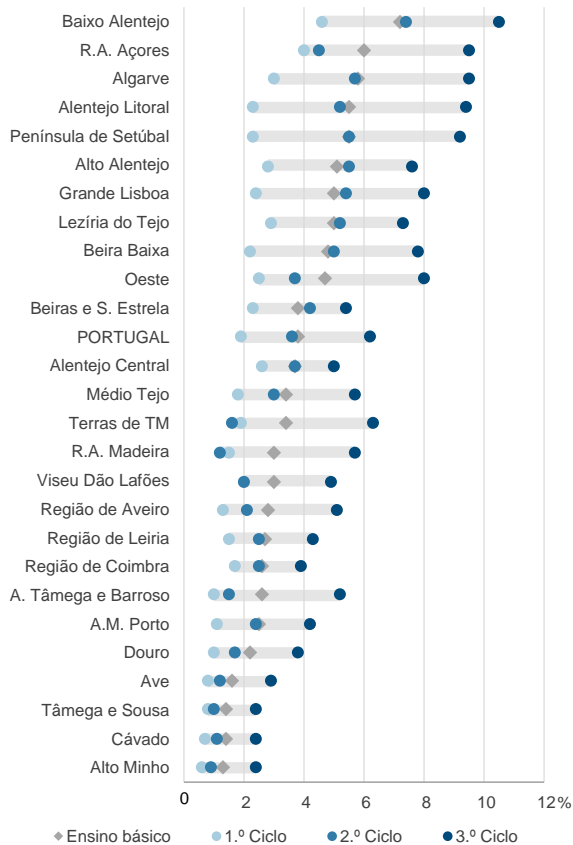
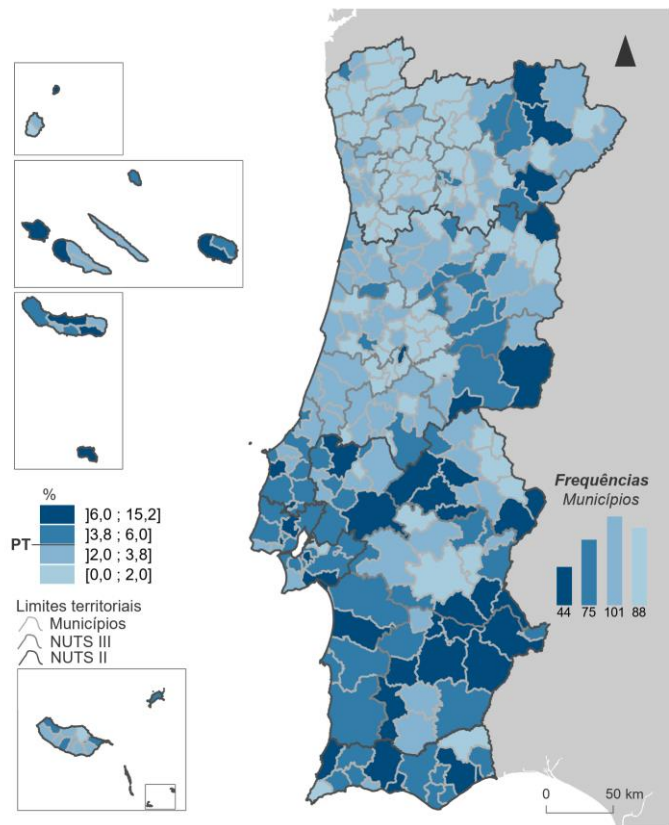


Figura 5. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, município, ano letivo 2022/2023



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Em Portugal, a taxa de transição/conclusão no ensino secundário, no ano letivo 2022/2023 foi de 90,2%, valor inferior ao do ano letivo anterior (91,4%). Ao nível das sub-regiões NUTS III, com exceção da Região Autónoma da Madeira, verificou-se igualmente uma redução da taxa de transição/conclusão do ensino secundário entre os anos letivos 2021/2022 e 2022/2023.

Em 2022/2023, 16 das 26 sub-regiões NUTS III do país superavam o valor nacional, destacando-se, com taxas de transição/conclusão no ensino secundário mais elevadas, o Tâmega e Sousa (95,2%) e o Ave (95,1%). A Região Autónoma dos Açores (83,4%) e o Algarve (85,9%) apresentavam, comparativamente, menores taxas de transição/conclusão.

A análise da taxa de transição/conclusão ao nível municipal evidenciava desempenhos mais favoráveis em municípios das regiões Norte, Centro e da Região Autónoma da Madeira por oposição aos municípios da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve, que registavam taxas mais baixas.



No ano letivo 2022/2023, 56 municípios registaram taxas de transição/conclusão no ensino secundário superiores a 95%: 29 municípios da região Norte; 12 municípios da região Centro; oito municípios do Alentejo; os municípios de Sardoal, Alcanena e Ferreira do Zêzere, da Região Oeste e Vale do Tejo; os municípios de Corvo e Lajes do Pico, da Região Autónoma dos Açores; e os municípios de Ponta do Sol e Santa Cruz, da Região Autónoma da Madeira. Os nove municípios da região da Grande Lisboa registaram taxas de transição/conclusão no ensino secundário inferiores à referência nacional.

Figura 6. Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, Portugal e NUTS III, anos letivos 2021/2022 e 2022/2023

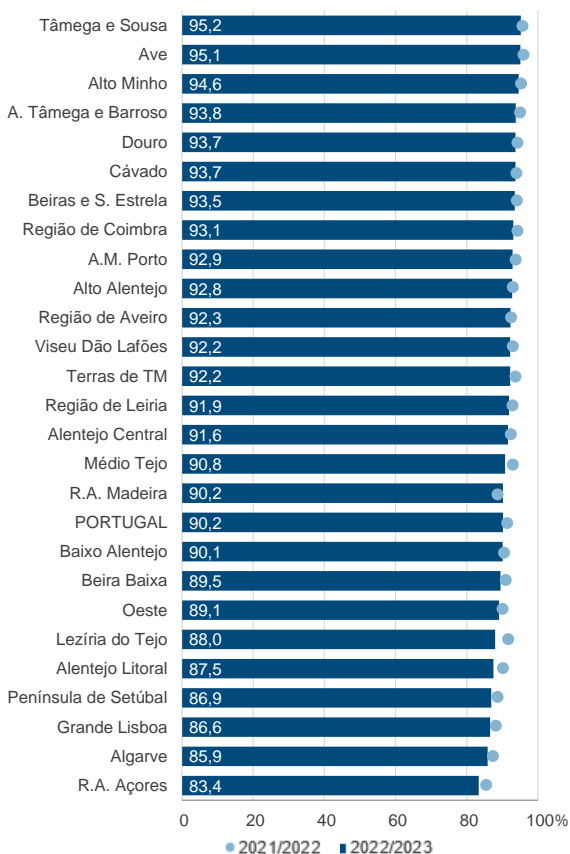
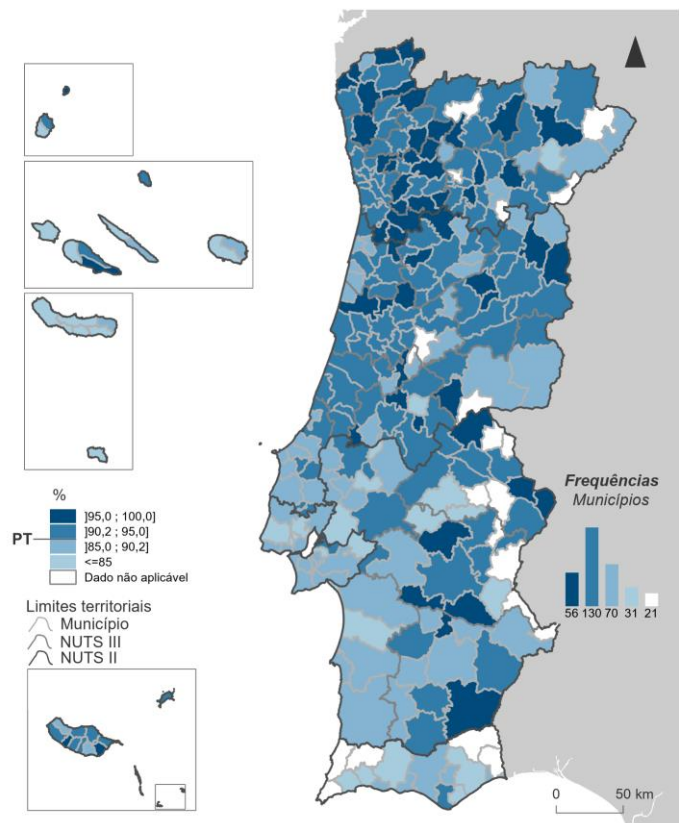


Figura 7. Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, município, ano letivo 2022/2023



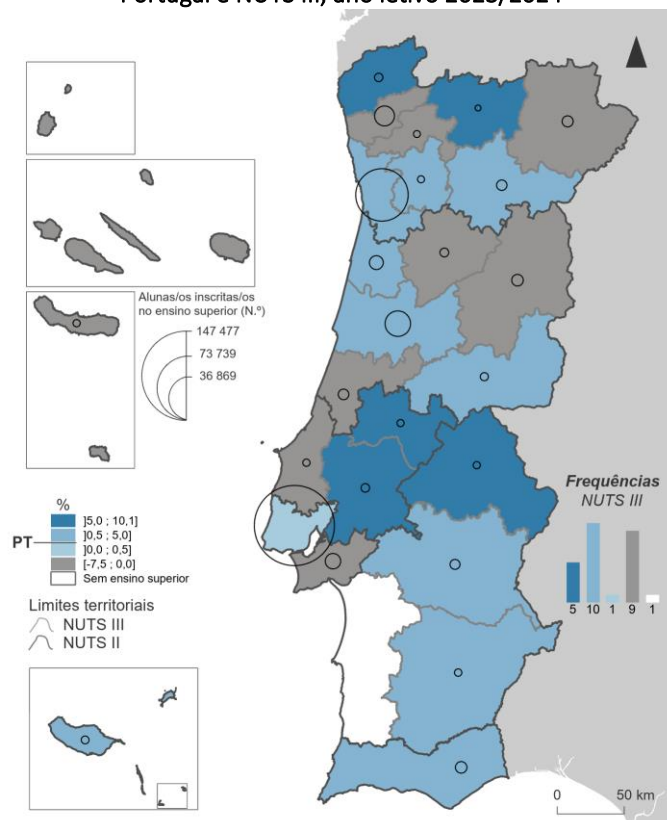
Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

No que diz respeito ao ensino superior e considerando os dados relativos ao ano letivo 2023/2024, verificou-se que o número de alunos inscritos foi de 448 235, dos quais cerca de 80% estavam inscritos no ensino superior público. Em relação ao ano letivo anterior, registou-se um aumento de 0,5% do total de alunos inscritos no ensino superior.



Em nove sub-regiões NUTS III verificou-se um decréscimo do número de alunos inscritos no ensino superior, tendo as maiores diminuições sido registadas na Região de Leiria (-7,5%) e no Oeste (-7,1%). Nas restantes sub-regiões NUTS III, verificou-se um aumento dos alunos inscritos, tendo o Alto Tâmega e Barroso registado a maior taxa de variação (10,1%).

Figura 8. Alunos inscritos no ensino superior e taxa de variação do número de alunos inscritos no ensino superior, Portugal e NUTS III, ano letivo 2023/2024



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Em 2023, o valor nacional das exportações de bens ascendeu a cerca de 77 340 milhões de euros e o das importações de bens a 105 149 milhões de euros, o que se traduziu numa taxa de cobertura das importações pelas exportações de 73,6%.

A análise sub-regional das trocas comerciais com o estrangeiro, com base na localização da sede do operador, mostra que, em 2023, 16 das 26 NUTS III do país apresentavam taxas de cobertura acima dos 100%, evidenciando-se com valores mais elevados o Baixo Alentejo (427,8%), Alentejo Litoral (229,5%), Tâmega e Sousa (217,9%), Alentejo Central (197,2%) e Ave (160,0%). Note-se, contudo, que o conjunto destas cinco sub-regiões representavam apenas cerca de 13% do valor das exportações de bens nacionais em 2023.



Os operadores de comércio internacional da sub-regiões da Grande Lisboa (34,4%), Algarve (53,3%), Douro (58,1%), Região Autónoma dos Açores (62,5%) e Lezíria do Tejo (66,6%) revelaram menor capacidade exportadora face ao valor das importações, o que se traduziu em taxas de cobertura abaixo da média nacional. A Grande Lisboa apresentava a taxa de cobertura das importações pelas exportações mais baixa. No entanto, foram os operadores sedeados nesta sub-região que mais contribuíam para o valor das exportações nacionais: 14,7 mil milhões de euros, o que corresponde a cerca de 19% do total de exportações de bens do país nesse ano.

Figura 9. Contributo regional do valor das exportações de bens, por NUTS III, 2023

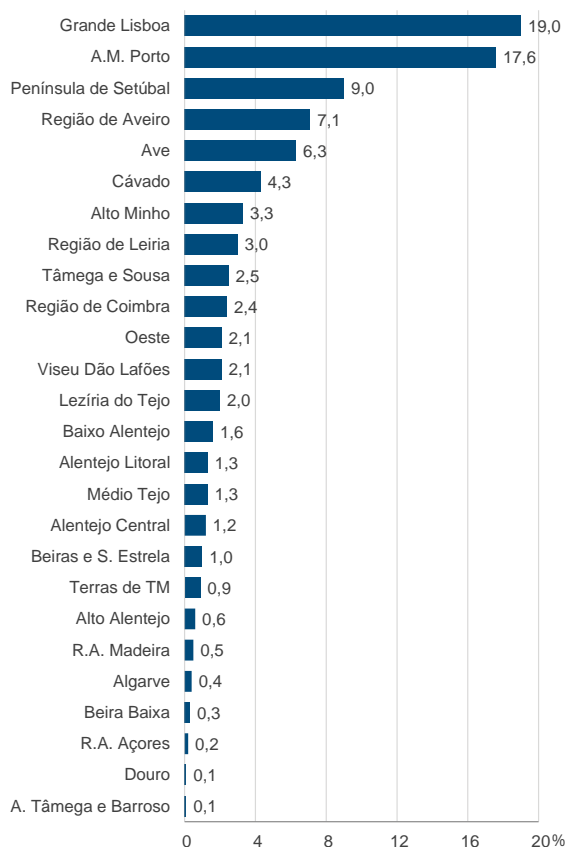
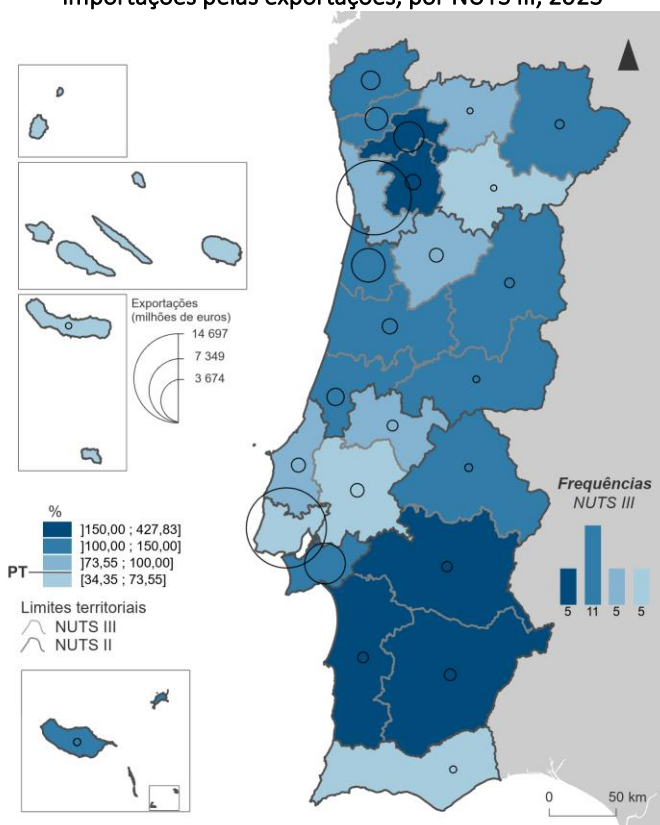


Figura 10. Exportações de bens e taxa de cobertura das importações pelas exportações, por NUTS III, 2023



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

Em 2023, 70% das exportações de bens nacionais destinavam-se a outros países da União Europeia (UE-27), verificando-se que mais de um quarto das exportações (26%) se destinava a Espanha.

Em 18 das 26 NUTS III, a proporção de exportações de bens para o mercado intracomunitário era superior à referência nacional, destacando-se, com mais de 85%, as sub-regiões do Baixo Alentejo (88%), Algarve (88%), Alto Minho (88%), Alto Tâmega e Barroso (86%) e Terras de Trás-os-Montes (86%).



Nas sub-regiões do Alto Tâmega e Barroso (55%), Terras de Trás-os-Montes (53%) e Baixo Alentejo (51%), mais de metade das exportações destinavam-se a Espanha.

A Região Autónoma da Madeira registava, em 2023, a menor proporção de exportações intracomunitárias (37%) e também uma menor importância do mercado espanhol nas exportações regionais (6%).

A dependência da economia portuguesa em relação ao mercado intracomunitário era maior no caso das importações do que nas exportações. Ao nível nacional, 75% das importações de bens eram provenientes dos países da União Europeia e mais de um terço (34%) tinha origem em Espanha.

Mais de 90% das importações registadas por operadores situados em Terras de Trás-os-Montes (99%), Baixo Alentejo (94%), Viseu Dão Lafões (91%) e Alto Tâmega e Barroso (91%) eram provenientes da União Europeia. Em 2023, nas sub-regiões do Baixo Alentejo (83%), Alto Tâmega e Barroso (63%), Beira Baixa (62%), Algarve (52%) e Beiras e Serra da Estrela (51%) mais de metade das exportações regionais eram provenientes de Espanha.

Apenas nas sub-regiões do Ave, Grande Lisboa e Região de Aveiro se registou, simultaneamente, uma proporção de importações de bens intra-UE e uma proporção de importações provenientes de Espanha abaixo do valor nacional.



Figura 11. Proporção de exportações de bens intra-UE e de exportações de bens para Espanha, Portugal e NUTS III, 2023

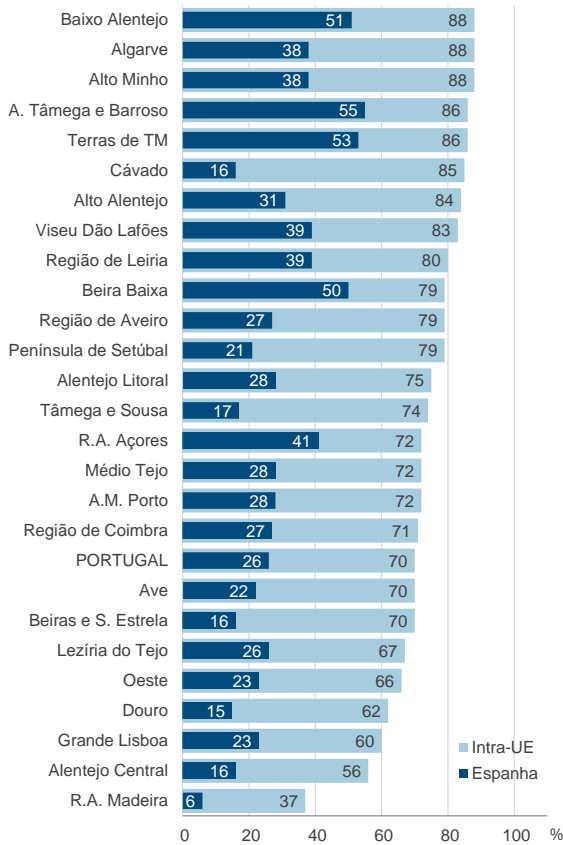
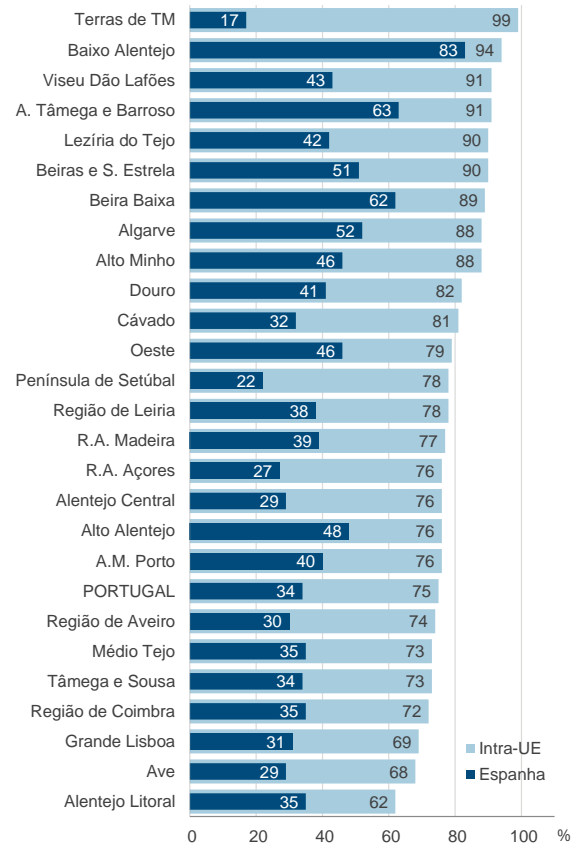


Figura 12. Proporção de importações de bens intra-UE e de importações de bens provenientes de Espanha, Portugal e NUTS III, 2023



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

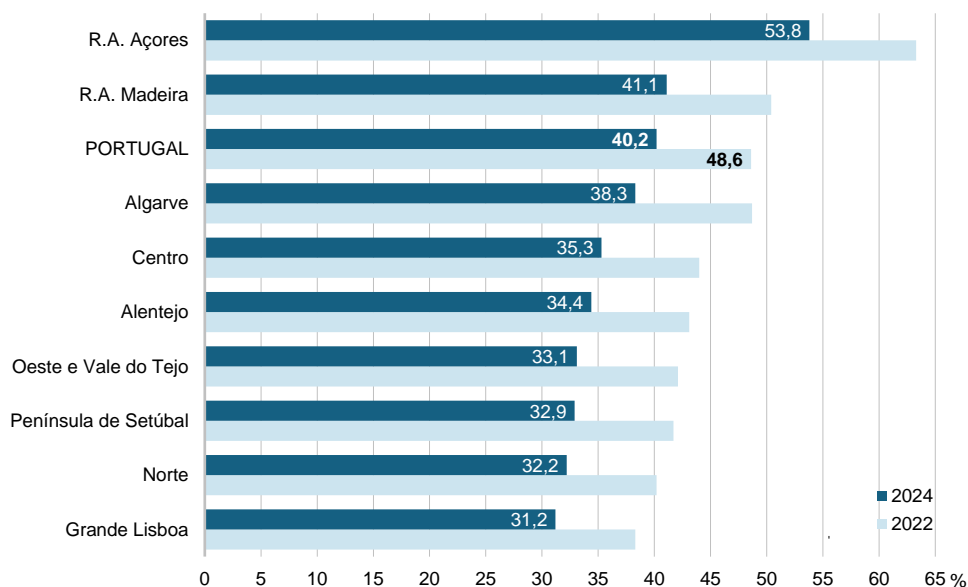
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A taxa de abstenção na eleição para a Assembleia da República, realizada em 10 de março de 2024, foi de 40,2% ao nível nacional. Este valor foi inferior ao verificado na eleição homóloga de 2022, que tinha sido de 48,6%. Verificou-se igualmente uma diminuição da taxa de abstenção nas nove regiões NUTS II do país.

Em 2024, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira registaram taxas de abstenção superiores à média nacional (53,8% e 41,1%, respetivamente). As restantes regiões NUTS II do país apresentaram níveis de abstenção inferior à referência nacional, tendo a Grande Lisboa registado a maior participação nesta eleição, com uma taxa de abstenção de 31,2%.



Figura 13. Taxa de abstenção na eleição para a Assembleia da República, Portugal e NUTS II, 2022 e 2024



Fonte: Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral

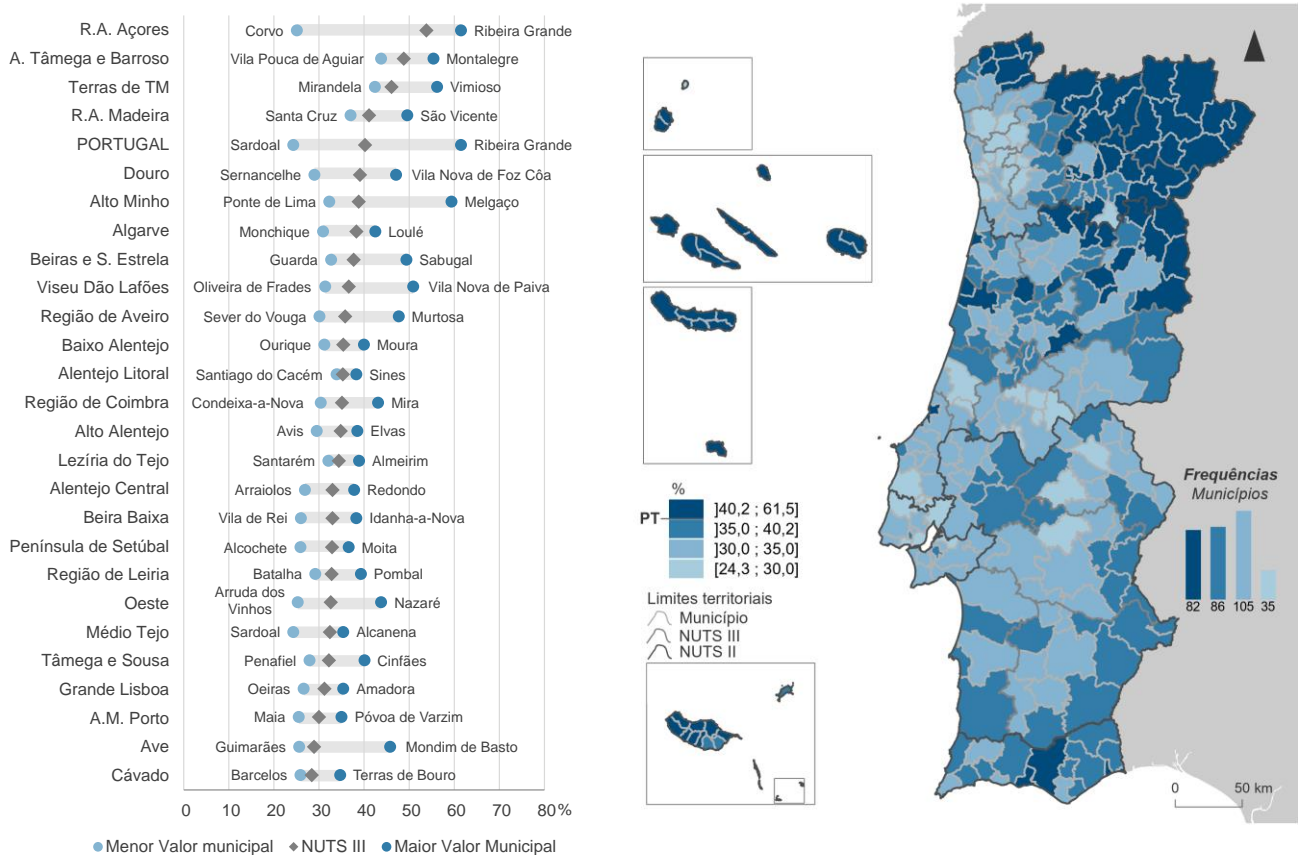
Em 82 municípios, localizados sobretudo no Interior da região Norte e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, verificaram-se taxas de abstenção na eleição para a Assembleia da República superiores ao valor nacional.

O município de Ribeira Grande registou a taxa de abstenção mais elevada do país (61,5%) e, com valores superiores a 55%, destacaram-se ainda os municípios de Vila Franca do Campo (59,4%), Lagoa (57,4%), Vila do Porto (57,1%) e Povoação (56,0%), da Região Autónoma dos Açores, e Melgaço (59,4%), Vimioso (56,2%) e Montalegre (55,4%), da região Norte.

A Região Autónoma dos Açores foi a sub-região onde se verificou a maior disparidade da taxa de abstenção entre municípios (36,4 pontos percentuais): o menor valor registou-se no Corvo (25,1%) e o maior na Ribeira Grande (61,5%).



Figura 14. Taxa de abstenção na eleição para a Assembleia da República, Portugal, NUTS III e município, 2024



Fonte: Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral

Na eleição de 2024 para a Assembleia da República o partido/coligação mais votado obteve 28,0% do total de votos, valor inferior ao verificado na eleição de 2022 (41,4%). Esta diminuição da votação no partido/coligação mais votado entre os dois atos eleitorais ocorreu em todas as sub-regiões NUTS III do país, com exceção da Região de Leiria.

A proporção de votos no partido/coligação mais votado na eleição de 2024 foi inferior ao valor nacional nas sub-regiões do Algarve (27,2%) e da Grande Lisboa (27,9%). Por outro lado, as sub-regiões do Alto Tâmega e Barroso (41,9%) e Terras de Trás-os-Montes (40,1%) registaram os maiores valores neste indicador.

Ao nível do município, verificava-se uma maior concentração de votos no partido/coligação mais votado em municípios das regiões autónomas dos Açores e da Madeira e, no Continente, em municípios da região Norte e Centro, destacando-se, com proporções iguais ou superiores a 55%, os municípios de Sernancelhe (60,1%), Boticas (58,0%) e Calheta (55,0%). Por outro lado, apenas 12 municípios apresentaram proporções de votos no partido/coligação mais votado inferiores à média nacional: os municípios de Lagos, São Brás de Alportel, Faro, Loulé e Aljezur, no Algarve; Alcochete, Montijo e Palmela, na Península de Setúbal; Sobral de Monte



Agraço, Arruda dos Vinhos e Peniche, no Oeste; e Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira. O município de Sobral de Monte Agraço (25,2%) registou o valor mais baixo do país.

Figura 15. Proporção de votos no partido/coligação mais votado na eleição para a Assembleia da República, Portugal e NUTS III, 2022 e 2024

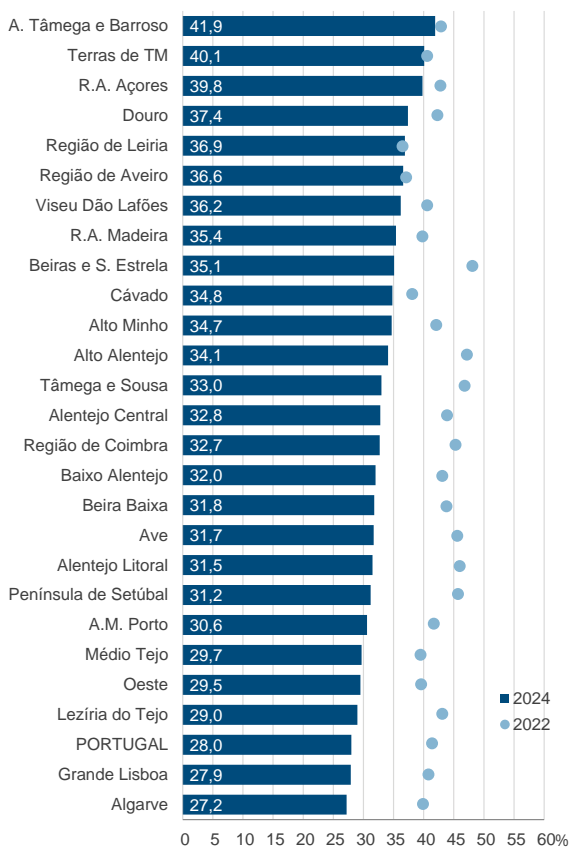
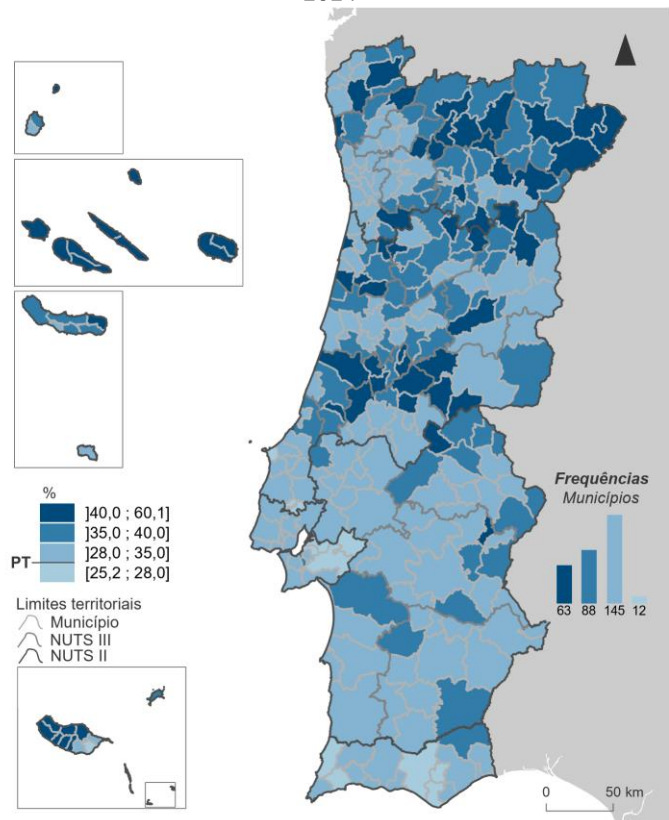


Figura 16. Proporção de votos no partido/coligação mais votado na eleição para a Assembleia da República, município, 2024



Fonte: Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral

A taxa de abstenção em Portugal na eleição para o Parlamento Europeu, realizada em 9 de junho de 2024, atingiu 63,5%, tendo-se verificado um aumento da participação eleitoral em relação à mesma eleição de 2019, que registou uma taxa de abstenção de 69,3%.

A análise deste indicador ao nível sub-regional evidencia alguns contrastes entre as NUTS III: a taxa de abstenção na eleição de 2024 para o Parlamento Europeu variou entre 48,4%, no Alentejo Litoral, e 75,8%, na Região Autónoma dos Açores. Para além da Região Autónoma dos Açores, o Alto Tâmega e Barroso registou também uma taxa de abstenção superior à nacional (64,5%).

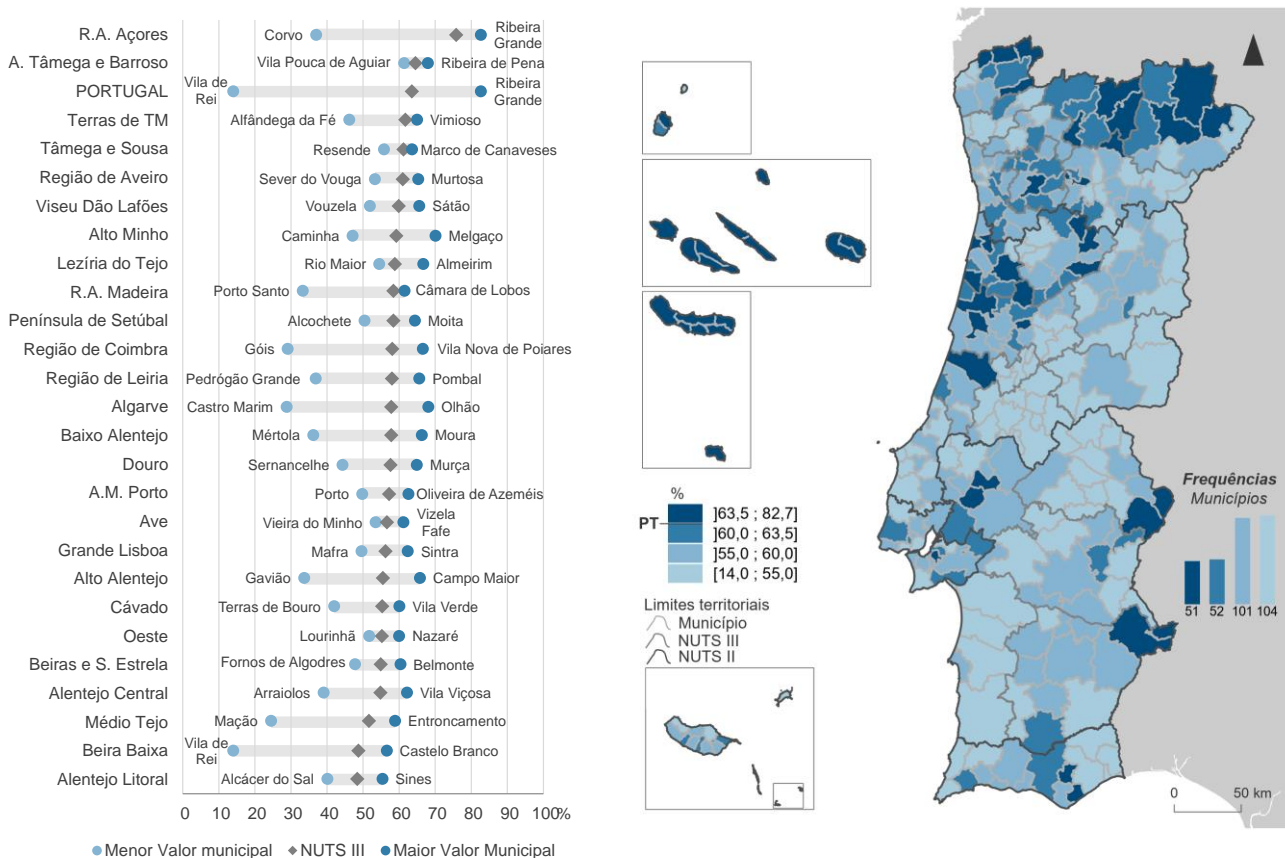
Em 51 dos 308 municípios registaram-se taxas de abstenção superiores à nacional, localizados maioritariamente na Região Autónoma dos Açores, no Norte e no Centro. Os municípios de Ribeira Grande



(82,7%) e Vila Franca do Campo (82,4%) apresentaram as maiores taxas de abstenção na eleição de 2024 para o Parlamento Europeu. Por outro lado, verificou-se uma maior participação eleitoral em municípios das regiões do Oeste e Vale do Tejo e do Alentejo. O município de Vila de Rei registou a taxa de abstenção mais baixa do país (14,0%).

A disparidade da taxa de abstenção entre municípios foi particularmente evidente na Região Autónoma dos Açores, com as maiores diferenças ocorridas entre os municípios de Corvo (37,0%) e Ribeira Grande (82,7%), e na Beira Baixa, entre os municípios de Vila de Rei (14,0%) e Castelo Branco (56,6%).

Figura 17. Taxa de abstenção na eleição para o Parlamento Europeu, Portugal, NUTS III e município, 2024



Fonte: Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral



NOTA METODOLÓGICA

A edição de 2024 dos Anuários Estatísticos Regionais dá continuidade ao novo formato de divulgação por subcapítulo, iniciado em 2020, na área dedicada aos Municípios do Portal de Estatísticas Oficiais, permitindo uma consulta mais direta aos dados integrados das regiões NUTS II do país.

Os conteúdos são apresentados em [Dossiês temáticos – Municípios – Anuários Estatísticos Regionais](#), encontrando-se organizados em quatro grandes capítulos — O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado — que, por sua vez, se subdividem em 27 subcapítulos de informação. No início de cada subcapítulo é apresentado um conjunto de indicadores de síntese para uma comparação mais imediata do posicionamento das diferentes unidades territoriais nos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em português e inglês, disponibilizando hiperligações para os indicadores da Base de Dados on-line do Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt), permitindo o acesso à série retrospectiva dos dados e respetiva metainformação.

A edição de 2024 dos Anuários Estatísticos Regionais estrutura-se maioritariamente de acordo com a nova versão da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2024). As NUTS 2024 portuguesas foram estabelecidas pelo Regulamento Delegado 2023/674 da Comissão, de 26 de dezembro de 2022, que altera os anexos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) e a sua aplicação no Sistema Estatístico Europeu (SEE) e no Sistema Estatístico Nacional (SEN) iniciou-se em 1 de janeiro de 2024.

Para a estruturação da informação de acordo com a intensidade de urbanização adotou-se a TIPAU 2014, que constitui uma classificação tripartida e exaustiva das freguesias do território nacional em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediantemente urbana (AMU) e Área predominantemente rural (APR).

A divisão ao nível do município – unidade de referência para a maioria da informação disponibilizada – considera o Código da Divisão Administrativa do Sistema Estatístico Nacional (SEN) e a delimitação das circunscrições administrativas do País de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), produzida pela Direção Geral do Território (DGT).

Uma vez que a informação disponibilizada nos Anuários Estatísticos Regionais decorre de um vasto leque de operações estatísticas e fontes administrativas, o período de referência não é sempre o mesmo. Contudo, o período de referência dos indicadores apresentados é, na sua maioria, corresponde ao ano de 2023.

Data do próximo destaque - dezembro de 2025
